

NOVOS TEMPOS: A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA EM QUESTÃO

Diva Lúcia Gautério Conde

Email para correspondência: divaluciaconde@yahoo.com.br

Doutora em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social. Professora da Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Programa de Formação de Professores de Psicologia para a Educação Básica; Diretora Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, ABEP (2015-2017); Diretora Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (2016-2019).

A formação inicial em Psicologia tem sido amplamente provocada pelos novos cenários políticos e sociais em marcha, no mundo, e notadamente no Brasil. O conhecimento acumulado em torno da produção da subjetividade tem sido questionado pelas novas demandas de práticas profissionais e pelas questões sociais que vêm se impondo a psicólogas e psicólogos.

Para iniciar, o singular empregado acima hoje será questionado, e em seu lugar caberia referir à produção de subjetividades, pois a diversidade, que também dá nome a este periódico, vem se impondo, em todos os segmentos de organização social, inclusive na busca de nichos de consumo, que sustentem mais e mais os setores econômicos, os mais variados. Entre nós, a força dos movimentos sociais, nos últimos 40 anos, tem trazido à tona chagas historicamente construídas, clamando por justiça, reconhecimento e revisão social. O apontamento de racismos, machismo, homofobia, menosprezo e ultraje aos povos indígenas, exclusão de portadores de deficiências, têm sido algumas das pautas que fazem emergir seres humanos ignorados em suas complexidades e que disputam, hoje, sua cidadania e suas questões,

suas demandas, suas histórias, suas dores, concepções e projetos de vida. Para a Psicologia, colocou-se um outro universo humano, ao qual os sistemas de pensamento psicológico, produzidos em sua maioria na primeira metade do século XX, e em outros contextos geográficos, políticos, econômicos, não respondem à medida em que a realidade vem se impondo. Para a sociedade, impôs-se uma gama de políticas públicas que apresentadas com o objetivo de recuperar o processo de inclusão social, deveriam viabilizar a este enorme contingente viver com dignidade.

Algumas destas políticas públicas têm incluído as práticas psicológicas como um dos serviços a serem oferecidos, enquanto outras permanecem como um sério desafio de ampla inclusão da Psicologia, e de sua capacidade de contribuição. Entre as que certamente têm se constituído em um importante campo de trabalho estão as demandas colocadas pelo Sistema Único de Assistência Social. Nele, além das especificidades dos equipamentos disponíveis para atendimento, o grande desafio está no atendimento a uma população à qual nossos manuais não nos remetem. E a modalidades de atuação que nos tiram do espaço de escuta individualizada, preservada por sigilo, encaixada em um tempo

contratado, por um valor acordado. Mães, com seus filhos, comparecem para falar de seus sofrimentos psíquicos. Para os quais, dentro do modelo de atendimento de saúde consagrado, podem esperar a indicação de um fármaco. Uma solução, uma direção. Como sustentar, junto à população uma prática profissional eminentemente reflexiva? Para além da relação com cada uma destas pessoas, se impõe construir o trabalho em equipe, e ainda, compor a relação triangular com o poder público, municipal, que é o gestor local, e atender demandas de outros organismos públicos.

No Sistema Único de Saúde, a atuação profissional psi está mais consolidada entre nós, pois permanece no enquadre tradicional hospitalocêntrico, mas permanece como um desafio profissional enquanto compreensão do próprio sentido político e social do que representa o SUS para o povo brasileiro. E da necessidade, de estarmos, psicólogas e psicólogos, em sua defesa, e ali garantir atendimentos que contribuam qualitativamente para a melhor saúde dos usuários do sistema. O que é participar profissionalmente de uma política pública que atende a saúde da grande totalidade da população brasileira?

O princípio da educação inclusiva, instituído no país através da LDBEN 9394/96 (1), desde dezembro de 1996, assegura a matrícula de pessoas portadoras de déficits ou deficiências sensoriais, motoras, cognitivas e mentais, na rede regular da Educação Básica. Há, portanto, uma outra coletividade dentro das escolas brasileiras, de crianças, adolescentes e jovens adultos, o que certamente está produzindo uma outra dinâmica social, com novas experiências de formação de laços sociais, pelo convívio dos diferentes, além do advento da exigência de novas condições de aprendizagem. Novos métodos e recursos de ensino? Novas composições de turmas? Orientações a professores e pais? Que orientações? Já o Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado em 2015, pela Lei 13146, que afirma os direitos civis às pessoas com deficiências, coloca para a formação importantes desafios. Como trabalhar com os instrumentos tradicionais de avaliação psicológica? Como adequá-los? Normatizá-los, incluindo esta população? Estamos formando psicólogas e psicólogos brasileiros para atender, por exemplo, uma mulher surda, vítima de violência, em

uma delegacia da mulher? Ou em uma emergência hospitalar? Ou em um CRAS? Ou em uma Clínica da Família? E ainda, como faríamos com nossos testes projetivos, lidando com deficientes visuais, em diversos graus? Ou trabalhar, com equidade, com deficientes dos vários grupos de déficits, em processos seletivos, no campo da Psicologia do Trabalho e das Organizações? Que caminhos precisamos nos propor para seguir em uma formação de qualidade para os usuários de cada uma de nossas práticas?

Desafios... Aqui, apenas alguns poucos exemplos de questões as quais a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (***) tem recebido e que tem procurado problematizar. A formação em Psicologia, hoje, no Brasil, realizada em cerca de 800 unidades de ensino superior, tem papel social especialmente relevante, no sentido de afirmar o Compromisso Social que a vem norteando, desde os anos 1990, enquanto Ciência e Profissão. Para além de abrir um extenso espaço de trabalho, através da inclusão das práticas psicológicas nas políticas públicas, o Compromisso Social assumido por nós, na Psicologia praticada no Brasil, está a nos exigir muitos estudos e dedicação em pesquisas, que colaborem para que novos conhecimentos sejam produzidos, e mais do que nunca, que nos levem a afirmar a Ética em nossos cotidianos profissionais.

REFERÊNCIAS

- Brasil, Ministério da Educação e Desporto (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei no. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação e Desporto.
- Brasil, (2015). Estatuto da Pessoa com Deficiência. Senado Brasileiro: Brasília.